



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
ASSESSORIA JURÍDICA

Folha nº	
Proc. nº	/

Referência: Projeto de Lei nº. 064/2022

Autoria: Executivo Municipal

Ementa: *"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro no valor de R\$ 250.000,00. Aquisição de material de consumo e serviços de terceiros com finalidade de melhorar de manter os Programas de atenção de atenção básica."*

PARECER JURÍDICO

I – RELATÓRIO

Foi encaminhado à Assessoria Jurídica desta Casa de Leis no dia 26/04/2022 para emissão de parecer, o Projeto de Lei nº. 064/2022, de 13 de abril de 2022, de autoria do Executivo Municipal, que tem por escopo dispor sobre a abertura de crédito adicional especial por superávit financeiro no valor de R\$ 250.000,00, com vista à Aquisição de material de consumo e serviços de terceiros com finalidade de melhorar de manter os Programas de atenção de atenção básica.

É o sucinto relatório.

Passo a análise jurídica.

II – ANÁLISE JURÍDICA

2.1. Da Competência e Iniciativa



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
ASSESSORIA JURÍDICA

Folha nº _____
Proc. nº _____/

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no art. 30, inciso I da Constituição da República e no art. 8º, inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

Trata-se de propositura de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal.

Desta forma, quanto à competência e iniciativa a Assessoria Jurídica OPINA favorável à tramitação do Projeto de Lei em comento.

2.2. Da Legislação Federal Vigente

A abertura de crédito adicional especial é destinada para despesas não previstas no orçamento, de acordo com os artigos 40, 41 e 42 da Lei nº. 4.320/64.

Vejamos:

“Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.”

Assim, impondo limites às ações do executivo, os dispositivos supramencionados pretendem limitar o gasto público ao previsto no orçamento, que é valorizado na medida em que exige autorização legislativa para abertura de créditos estranhos ao orçamento vigente.



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
ASSESSORIA JURÍDICA

Folha nº	
Proc. nº	/

2.3. Das Classificações e Fontes de Recursos

Os artigos 1º e 2º do Projeto de Lei em comento, solicita autorização legislativa para abertura de crédito adicional especial por superávit financeiro, nos valores acima mencionados, objetivando executar as ações descritas anteriormente.

O Projeto encontra-se instruído com memorando de nº 159/2022 exarado pela SEMUSA no dia 06/04/2022, o memorando juntamente com a mensagem, aperfeiçoa, portanto, a justificativa para o presente Projeto de Lei.

Ocorre que o proponente não juntou aos autos do PL, extrato bancário da conta do fundo de investimento da Saúde datado de 31/12/2021, conforme preceitua o art. 43, § 1º, I e § 2º da Lei nº 4.320/19641, pelo contrário, a adversidade se encontra em **extrato da conta corrente datado de 31/12/2021 com saldo insuficiente a cobrir a despesa a ser aberta**, de forma que prejudicado está o pleito requisitado, vez que não atende aos requisitos contábeis. **O extrato bancário atualizado do FMS não é documento hábil a comprovar o superávit do exercício anterior.**

2.5. Do Parecer Contábil

Persistindo dúvidas quanto ao aspecto contábil, financeiro e orçamentário do Projeto de Lei em análise, a Assessoria Jurídica s.m.j. recomenda aos vereadores, em especial aos membros da Comissão de Finanças e Orçamento, que solicitem parecer ou orientação técnica junto à Controladoria Interna desta Casa de Leis, levando-se em consideração que o Controlador Interno, é contador público.

2.6. Da Tramitação e Votação



**ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
ASSESSORIA JURÍDICA**

Folha nº	
Proc. nº	/ /

Preliminarmente, a propositura dever ser submetida ao crivo das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça, Redação e Cidadania (art. 41, inciso I do R.I.), e de Orçamento, Finanças, Controle Externo, Obras, Serviços Públicos e Infraestrutura (art. 41, inciso II do R.I.).

Após a emissão dos pareceres na forma regimental, sendo a matéria aprovada nas respectivas comissões, poderá a matéria ser incluída na ordem do dia, devendo ser votada em turno único de discussão e votação.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Assessoria Jurídica opina pela IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA da regular tramitação da matéria, uma vez que não restou demonstrado o superávit financeiro por fonte específica de receita, nos termos do art. 43 da Lei 4.320/64, nos valores informados no texto normativo do Projeto de Lei.

Há de se ressaltar, porém, que este não substitui os pareceres das Comissões temáticas, cujo responsáveis por sua confecção, são a Edilidade, representantes diretos do povo, a quem compete constitucionalmente legislar sobre matéria de interesse local.

Preliminarmente, a propositura ser submetida ao crivo das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça, Redação e Cidadania (art. 41, inciso I do R.I.), e de Orçamento, Finanças, Controle Externo, Obras, Serviços Públicos e Infraestrutura (art. 41, inciso II do R.I.).

Após a emissão dos pareceres na forma regimental, sendo a matéria aprovada nas respectivas comissões, poderá a matéria ser incluída na ordem do dia, devendo ser votada em turno único de discussão e votação.

É o parecer, S.M.J.



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
ASSESSORIA JURÍDICA

Folha nº	
Proc. nº	1

Rolim de Moura, 05 de maio de 2022.

JORGE GALINDO LEITE

ADVOGADO/ASS. JURIDICO LEGISLATIVO OAB/RO 7137